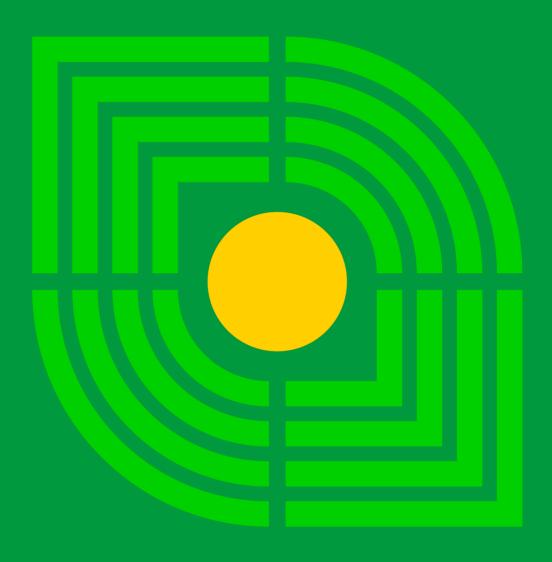
Relatório analítico da Consulta Pública

Estratégia Nacional de Economia de Impacto | Enimpacto







Relatório analítico da Consulta Pública

Estratégia Nacional de Economia de Impacto | Enimpacto







Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente da República e Ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria

Rodrigo Sobral Rollemberg

Diretor de Novas Economias

Lucas Ramalho Maciel

Coordenadora-Geral de Economia Verde e de Impacto

Ana Heloísa Viana Silva Moreno

Coordenadora de Economia Verde e de Impacto

Giselle Sakamoto Souza Vianna

Chefe de Divisão de Economia Verde e de Impacto

Luís Paulo Mendes Dias

Equipe Técnica

Cecília de Melo Dias
Geisiane do Nascimento Silva Basso
Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra
Cristiane Kazuko Torisu
Caroline Reis Sanematsu
Eliel Fontenele Silva

Projeto Gráfico e Diagramação

Gabriel Lemes de Melo

LÍDERES DOS GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 - Ampliação da Oferta de Capital para a Economia de Impacto

Daniela Arantes Alves Lima (Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES) Marco Antonio Gorini de Oliveira (Aliança pelo Impacto)

GT 2 - Aumento do Número de Negócios de Impacto

Philippe Fauguet Figueiredo (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE)

Sheila Oliveira Pires (Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI)

GT 3 – Fortalecimento das Organizações Intermediárias

Leonardo de Jesus Melo (ANPROTEC) Tania Mara Francisco (Ministério da Educação - MEC)

GT 4 – Promoção de Ambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto

Matias Rebelo Cardomingo (Ministério da Fazenda- MF) Rachel Avellar Sotomaior Karam (Sistema B)

GT 5 – Articulação Interfederativa com Estados e Municípios no Fomento à Economia de Impacto

Ary Moraes Pereira (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) Carlos Roberto De Biasi Scretas (Coalizão pelo Impacto)

SUMÁRIO

Introdução	4
Consulta	5
Resultados	6
Considerações finais	11

RELATÓRIO ANALÍTICO DA CONSULTA PÚBLICA

CONSULTA PÚBLICA: JUNTOS MOLDANDO O FUTURO DE UMA ECONOMIA MAIS REGENERATIVA, INCLUSIVA E EQUITATIVA!

INTRODUÇÃO

Como parte do processo de reativação, reformulação e lançamento da nova Enimpacto, em um contexto político marcado pela relevância dada à agenda ambiental e à luta contra as desigualdades, a consulta pública oportunizou que a população brasileira opinasse acerca das metas, macro-objetivos e ações do Plano Decenal para aprimorar as diretrizes que nortearão sua implementação nos próximos dez anos.

A participação direta dos cidadãos demonstra o comprometimento com os princípios democráticos e enriquece o processo de tomada de decisão com uma gama diversificada de perspectivas, experiências e expectativas dos mais variados segmentos da sociedade. A colaboração e a pluralidade são importantes motores do sucesso de qualquer ação pública. Nesse sentido, a capacidade de escutar atentamente o cidadão e promover seu engajamento é essencial para assegurar que a política pública esteja alinhada com os valores e as demandas da coletividade.

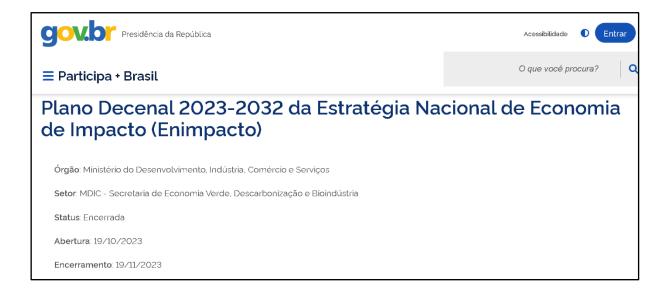
Todas as críticas, elogios, sugestões, contrapontos ou preocupações externalizados pelos participantes desempenharam um papel fundamental no refinamento da Enimpacto. O ponto de destaque foi a acepção coletiva das contribuições e, de maneira especialmente significativa, o diálogo construtivo estabelecido com cada cidadão.

A consulta pública foi de extrema relevância para o comitê da Enimpacto, constituindose como uma fonte valiosa de insumos, lições e reflexões que tornaram a política mais qualificada e, portanto, apta a fomentar um Brasil mais regenerativo, inclusivo e equitativo.

CONSULTA

A proposta de Plano Decenal foi aprovada pelo Comitê da Enimpacto na primeira reunião do colegiado, realizada em 19 de outubro de 2023, adiante, foi submetida à consulta pública na plataforma Participa + Brasil na página "Plano Decenal 2023-2032 da Estratégia Nacional de Economia de Impacto (Enimpacto)" entre os dias 19 de outubro e 19 de novembro de 2023 (imagem 1).

Imagem 1 – Página da consulta pública da proposta de Plano Decenal.



Fonte: Plataforma Participa + Brasil (2023).

Partindo das premissas de gestão participativa e democrática, a participação foi aberta a qualquer pessoa interessada, o que ratificou a importância do diálogo público e a legitimidade das disposições da política.

RESULTADOS

Como resultado do engajamento popular, a consulta pública recebeu um total de 311 (trezentos e onze) contribuições, direcionadas para 86 (oitenta e seis) parágrafos distintos, dentre os 136 (cento e trinta e seis) parágrafos originais do plano decenal.

As sugestões distribuíram-se em 6 (seis) categorias distintas, sendo 5 (cinco) eixos do Comitê Enimpacto e a categoria "sem eixo", situações nas quais o usuário não indexou a contribuição a um eixo específico (tabela 1).

Tabela 1 – Número de contribuições.

	Nº Contribuições
Eixo 1	91
Eixo 2	91
Eixo 3	53
Eixo 4	26
Eixo 5	38
Sem eixo	12
Total	311

Fonte: Departamento de Novas Economias/SEV/MDIC (2023).

A tabela 2 mostra a distribuição regional das contribuições, que possibilitou a diversificação de perspectivas e, portanto, a qualificação do resultado. Após o encerramento do prazo para participação, a equipe técnica do Departamento de Novas Economias (DNOVA),

em conjunto com os líderes e membros dos grupos de trabalho que compõem o Comitê da Enimpacto, realizou a análise, tratamento e consolidação dos dados. Esse processo foi criterioso e sistematizado para garantir que cada participante fosse devidamente ouvido e, assim, pudesse influir na redação final do plano decenal e no planejamento dos grupos de trabalho do Comitê.

Tabela 2 – Distribuição das sugestões recebidas por regiões do país.

Região	Nō	Estados participantes
Norte	0	-
Nordeste	42	AL e RN
Centro-Oeste	40	DF e MS
Sudeste	220	ES, MG, RJ e SP
Sul	9	RS e SC

Fonte: Departamento de Novas Economias/SEV/MDIC (2023).

A distribuição geográfica das contribuições reflete a concentração dos empreendimentos de impacto na região Sudeste e remete à evolução da agenda da economia de impacto no Brasil, cuja origem foi no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Analisando a participação social dentro de cada região, evidencia-se que a mesma também se concentrou em estados que apresentam um ecossistema de impacto mais estruturado, como é o caso do Rio Grande do Norte e de Alagoas na região Nordeste.

Portanto, os dados reforçam a importância de desenhar uma estratégia nacional que, além de alcançar todo o país, igualmente contribua para a redução das desigualdades regionais através de inclusão social e desenvolvimento sustentável. Esses princípios norteiam o Plano Decenal e estão materializados em ações previstas em seus diversos eixos, além disso, inspiraram a criação de um eixo específico dedicado à articulação interfederativa com estados e municípios no fomento à economia de impacto.

A tabela 3 apresenta o resultado da análise e tratamento das contribuições, que se estruturou em cinco enquadramentos, conforme disposto abaixo:

- "Admitida para o Plano Decenal" contribuições totalmente admitidas, ou seja, incorporadas ao plano decenal, seja na forma de um parágrafo reescrito ou de um novo parágrafo;
- 2. "Admitida parcialmente para o Plano Decenal" contribuições parcialmente admitidas para incorporação ao plano decenal;
- 3. "Admitida para o Plano de Trabalho" contribuições encaminhadas para discussão no respectivo grupo de trabalho para fins de composição do plano de trabalho anual (ações prioritárias);
- 4. "Comentário admitido (sem sugestões)" contribuições cujo conteúdo estava totalmente alinhado com o plano decenal, porém, sem demanda de alteração de texto; e
- 5. "Não admitida" contribuições que não puderam ser admitidas em razão de incompatibilidade com o escopo da política.

Tabela 3 – Resultado da análise e tratamento das contribuições.

Enquadramento	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV	Eixo V	Total
Admitida para o Plano Decenal	19	57	23	10	30	139
Admitida Parcialmente para o Plano Decenal	0	10	2	0	2	14
Admitida para o Plano de Trabalho	17	12	14	20	0	63
Comentário Admitido (sem sugestões)	24	18	14	6	6	68
Não Admitida	19	1	1	4	2	27
Total	79	98	54	40	40	311

Fonte: Departamento de Novas Economias/SEV/MDIC (2023).

Para aumentar a efetividade da participação do cidadão, a equipe técnica ajustou a alocação de uma parcela das contribuições, isto é, a distribuição entre os cinco eixos visando uma melhor aderência entre a sugestão e a atuação de cada grupo de trabalho. Neste sentido, também distribuiu as contribuições que estavam sem especificação de eixo.

Tabela 4 – Consolidação das demandas das contribuições.

	Novo Parágrafo	Parágrafo Reescrito	Inclusão e/ou Diversidade	Mudança de eixo (saída)
Eixo 1	15	04	16	18
Eixo 2	06	57	31	0
Eixo 3	12	12	10	0
Eixo 4	05	04	08	0
Eixo 5	03	29	02	02
Total	41	106	67	20

Fonte: Departamento de Novas Economias/SEV/MDIC (2023).

A tabela 4 exibe o resultado da consolidação da consulta pública. Das 311 contribuições, 41 demandaram novos parágrafos, 106 a reescrita de parágrafos originais e 20 a movimentação de parágrafos entre os eixos.

A pauta mais recorrente foi relativa à inclusão, diversidade e regionalidade, com quase 70 sugestões. Outros temas que obtiveram destaque foram a interlocução com os diversos atores locais, o fomento dos negócios de impacto, a participação de instituições de ensino, pesquisa e inovação na Economia de Impacto, a especificação de bases de dados e/ou metodologias, a regulamentação de fundos patrimoniais e o conceito de Negócio de Impacto.

As contribuições enriqueceram as discussões no âmbito do Comitê da Enimpacto e ampliaram o escopo de sua atuação, bem como do processo de revisão do Plano Decenal. Além disso, como algumas contribuições continham sugestões idênticas entre si, o quantitativo de alterações demandado pelas contribuições difere das alterações efetivas.

Após o tratamento e revisão final dos dados, o quantitativo de alterações efetivadas foi o seguinte: 42 (quarenta e dois) parágrafos receberam nova redação, 08 (oito) foram movimentados de eixo, 11 (onze) foram excluídos e 23 (vinte e três) novos parágrafos foram inseridos no texto, o que tornará as iniciativas da Enimpacto ainda mais legítimas e representativas.

A versão final do documento totalizou 148 (cento e quarenta e oito) parágrafos, distribuídos entre 07 (sete) metas, 19 (dezenove) macro-objetivos e 122 (cento e vinte e duas) ações, conforme disposto na tabela 5.

Tabela 5 – Versão final do Plano Decenal.

	Metas	Macro-objetivos	Ações
Eixo 1	1	3	21
Eixo 2	1	4	27
Eixo 3	3	4	27
Eixo 4	1	4	26
Eixo 5	1	4	21
Total	7	19	122

Fonte: Departamento de Novas Economias/SEV/MDIC (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Enimpacto mobiliza uma abordagem econômica que promove não apenas resultados financeiros, mas também impactos sociais e ambientais positivos. Nesse contexto, a consulta pública conferiu mais significado e coerência à política de economia de impacto nacional que, por sua vez, refletirá ainda mais os anseios coletivos e a promoção do bem comum.

A despeito da conclusão dessa importante etapa de participação cidadã direta no planejamento da economia impacto brasileira para os próximos dez anos, o diálogo com a sociedade permanecerá sendo a tônica da atuação do Comitê da Enimpacto, que é um colegiado aberto e composto por entidades da sociedade civil de todos os setores da Economia de Impacto. O acompanhamento de suas atividades pode ser realizado através da página oficial da Enimpacto.

Agradecemos a todos que dedicaram tempo e esforço para participar deste processo consultivo. Cada contribuição é essencial para um futuro mais promissor para a atual e as próximas gerações.